

CONSUMO PRODUTIVO AGRÍCOLA NO BRASIL FACE À POLÍTICA DE CRÉDITO RURAL

Welton Paulo do Nascimento¹; Francisco Fransualdo de Azevedo²

Resumo: Este texto objetiva analisar a política de crédito rural brasileira face ao consumo produtivo agrícola, com destaque aos programas de crédito direcionados à compra de insumos agropecuários. Partimos da compreensão do Estado, modo de produção capitalista e território como estruturas formadas por relações sociais imbricadas, isso porque o primeiro atua como regulador das atividades agrícolas desenvolvidas no território, seja da agricultura empresarial ou familiar. Para a realização desta análise, fez-se necessário a pesquisa bibliográfica sobre consumo produtivo agrícolas, Estado e Território, pesquisa documental através das normas e regimentos presentes na política de crédito rural brasileira, e pesquisa de dados secundários através de órgãos como o MTE, BACEN e MAPA. Evidencia-se a concentração territorial e setorial dos recursos destinados ao financiamento da agricultura brasileira, especialmente através daqueles programas direcionados à aquisição de insumos agropecuários, o que resulta também na concentração do acesso ao consumo produtivo agrícola.

Palavras-Chave: Agricultura; Estado; Território.

INTRODUÇÃO

A política de crédito rural é uma estratégia do Estado brasileiro destinada ao incentivo da produção agropecuária no campo, tendo seus rebatimentos no comércio de insumos agropecuários e, conseqüentemente, no consumo produtivo agrícola. Mesmo sabendo-se que tal política contribuiu para a expansão da técnica no campo, é consenso que ela aprofundou a seletividade territorial e favoreceu determinados segmentos produtivos, aprofundando as desigualdades sociais nas áreas rurais do país.

Como vetor de modernização do campo brasileiro, o comércio de insumos agropecuários foi um dos vetores que apresentou maior dinamismo a partir da década de 1960 com a chamada Revolução Verde, atendendo a demanda da agricultura empresarial (agronegócio), responsável pela produção de alimentos que abastece, sobretudo, o mercado internacional, e a demanda da agricultura familiar a qual supre a maior parte da demanda nacional por alimentos agrícolas (ANACLETO, 2013).

Assim, objetivamos neste texto analisar a política de crédito rural e seus rebatimentos no consumo produtivo agrícola no território brasileiro. De modo particular, atentamos para aqueles programas relacionados à aquisição de insumos agropecuários. Trata-se de uma abordagem intrínseca à expansão do modo de produção capitalista no campo, uma vez que o “capital tende a dominar cada vez mais a produção da agricultura” (MARTINS, 1981, p.174).

A realização da pesquisa justifica-se pela necessidade de compreensão da política de crédito rural brasileira e seus rebatimentos no consumo produtivo agrícola e comércio de insumos agropecuários.

¹ Mestrado em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, E-mail: welton.pn@hotmail.com

² Prof. Dr. em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, E-mail: ffazevedo@gmail.com

Tratam-se de processos imbricados e que apresentam reflexos no território de acordo com as lógicas de produção agropecuária, beneficiando determinados agentes em detrimento de outros, devendo ser analisado numa perspectiva científica que verse sobre uma realidade mais justa e igualitária no campo brasileiro.

MATERIAIS E MÉTODOS

A natureza da pesquisa proposta define-se como descritiva e explicativa visto que a “descrição e explicação são inseparáveis. O que deve estar no alicerce da descrição é a vontade de explicação” (SANTOS, 2012, p. 18). Assim, para se chegar à operacionalização dos objetivos estabelecidos na análise, foi necessário recorrer à materiais, procedimentos metodológicos e técnicos que viabilizassem a compreensão da amplitude dos processos do elemento a ser apreendido, destacando-se: leitura bibliográfica e documental, coleta e sistematização de dados secundários através de órgãos oficiais, produção cartográfica e produção textual.

A temática apresentada necessitou fundamentalmente de um referencial teórico (livros, artigos, teses e dissertações) para uma aproximação da realidade em análise. Nesta pesquisa destacam-se autores que fomentaram discussões sobre consumo produtivo agrícola, Estado e políticas para o campo como Oliveira (1999), Martins (1982), Stedile (2012) e Nardoque (2016); Anacleto (2013); Santos (1994), Santos e Silveira (2008).

A pesquisa documental compreendeu a obtenção de informações qualitativas através de documentos já existentes. Neste caso, destacou-se a Lei Nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991 sobre a política rural a qual estabelece como proceder a amplitude dos processos desenvolvidos na produção agropecuária e seu financiamento. Não obstante, o Manual do Crédito Rural, do Banco Central do Brasil, viabilizou o detalhadamente sobre finalidades de cada programa e as linhas de crédito, sendo possível a identificação daqueles direcionados ao incentivo à aquisição de insumos e, conseqüentemente, o consumo produtivo agrícola.

Uma das fontes de coleta de dados secundários foi a Plataforma Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), do Ministério do Trabalho e Emprego, sendo realizada a obtenção de dados sobre a distribuição no Brasil dos estabelecimentos e vínculos empregatícios associados ao consumo produtivo agrícola, com destaque ao segmento do comércio de insumos agropecuários.

A obtenção dos dados através da RAIS seguiu os parâmetros dispostos na mesma, a partir da seleção dos dados por Unidades da Federação (UF). A coleta dos dados baseou-se na Classificação Nacional das Atividades Econômicas (CNAE 2.0) elaborada por orientação técnica Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), coordenada pela Secretaria da Receita Federal, publicada em 2007, visando classificar as atividades de acordo com os segmentos econômicos associados à produção de bens e serviços, compreendendo empresas e órgãos públicos ou privados, estabelecimentos agrícolas, instituições sem fins lucrativos e agentes autônomos.

Na presente pesquisa foi considerada a CNAE 2.0 Classe a qual apresenta segmentos específicos constituintes dos setores econômicos, cada segmento apresentando seu respectivo código na sua classificação. Levamos em consideração aqueles segmentos relacionados com consumo produtivo agrícola, sejam eles relativos à produção, comercialização e prestação de serviços às atividades agropecuárias, sendo eles e seus respectivos códigos: Atividades de apoio à agricultura (01.61-0); Atividades de apoio à pecuária (01.62-8); Fabricação de alimentos para animais (10.66-0); Fabricação de intermediários para fertilizantes (20.12-6); Fabricação de adubos e fertilizantes (20.13-4); Fabricação de defensivos agrícolas (20.51-7); Fabricação de tratores agrícolas (28.31-3); Fabricação de equipamentos para irrigação agrícola (28.32-1); Fabricação de máquinas e equipamentos para a agricultura e pecuária (28.33-0); Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso agropecuário (46.61-3); Comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo (46.83-4); Comércio atacadista de mercadorias em geral, com predominância de insumos Agropecuários (46.92-3); Atividades veterinárias (75.00-1); Aluguel de máquinas e equipamentos agrícolas sem operador (77.31-4).

Dentre os segmentos apresentados, atentou-se para aqueles relacionados ao comércio de insumos agropecuários, mesmo que tal classificação apresente apenas o comércio atacadista desses produtos. Tais dados auxiliaram na compreensão da dimensão dessa modalidade de comércio (atacadista) no Brasil, sendo fundamental para a consistência da análise.

Uma vez apresentado o panorama nacional sobre o comércio de insumos e sua pertinência no âmbito do consumo produtivo agrícola, foi necessário o entendimento sobre o financiamento, por parte do Estado, destinado aos produtores rurais, associado a aquisição de insumos agropecuários e consumo produtivo agrícola.

O banco de dados disponível pelo portal virtual oficial do Banco Central do Brasil, que disponibiliza dados sobre o financiamento através das modalidades custeio, investimento e comercialização destinado às diferentes produções efetivadas no campo brasileiro, viabilizou a coleta de dados sobre a quantidade de contratos e valor investido a partir de determinados programas de financiamento da produção agropecuária.

Tais dados foram sistematizados por unidades da federação, para uma melhor compreensão da participação dos estados na quantidade de contratos e valor de investimentos destinados a aquisição de insumos agropecuários. Consideramos os dados de acordo com os diferentes programas direcionados à aquisição de insumos agropecuários, sendo eles: Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica na Produção Agropecuária (Inovagro), Programa de Sustentação do Investimento Rural (PSI Rural), Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp), Programa de Incentivo à Irrigação e à Produção em Ambiente Protegido (Moderinfra), Programa de Modernização da Agricultura e Conservação de Recursos Naturais (Moderagro), e o Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras (Moderfrota), e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

Os dados coletados através dos portais apresentados foram transferidos para planilhas do programa Microsoft Excel, sendo posteriormente sistematizados de acordo com o quantitativo de estabelecimentos comerciais de insumos, contratos e investimentos associados aos investimentos na produção agropecuária.

A sistematização foi realizada também de forma a atender a produção cartográfica, uma vez necessária a representação dos dados por unidades da federação, sendo gerados mapas e possibilitando análises de forma didática sobre os dados adquiridos. O *Software* utilizado foi o Quantum GIS (versão 10.12.18) com o uso de *shapefiles* disponibilizados por órgãos institucionais como o IBGE.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O processo de modernização da agricultura brasileira apresentou seus primeiros traços a partir da industrialização do campo, sobretudo na década de 1930 com a entrada do capital internacional modificando as relações produtivas nas áreas rurais e resultando na expulsão dos seus trabalhadores para a cidade, aquilo denominado por Silva (1982) de “modernização dolorosa”.

A ampliação da modernização do campo no país apresentou sua maior expressão a partir da chamada “revolução verde” (década de 1960) com a introdução de pacotes tecnológicos incentivando o consumo de bens intermediários como agrotóxicos, vacinas, rações, sementes melhoradas, e bens de capital como tratores agrícolas, trituradores e materiais de irrigação destinados às culturas de interesse dos grandes agentes capitalistas (NARDOQUE, 2016). Tal momento apresentou resultados negativos quanto ao meio ambiente, pois favoreceu a degradação do solo, contaminação dos rios, intensificação na modificação da fauna e flora, além de gerar considerável desigualdade social e territorial no país.

Oliveira (1999, p. 76,78) ressalta que “industrialização da agricultura brasileira vem sendo feita no interior do processo de internacionalização da economia brasileira, ou seja, a lógica contraditória do desenvolvimento capitalista na agricultura se fez e se faz no seio de um capitalismo mundializado”, devendo ser compreendida como “o processo de introdução do modo industrial de produzir no campo, desencadeando um inter-relacionamento da indústria e a agricultura”.

Desde o início da expansão do capitalismo no campo brasileiro, o Estado apresentou forte incentivo às empresas transnacionais, principalmente relacionadas à cadeia produtiva primária exportadora, o que para ele resultaria no fortalecimento da economia nacional. O financiamento da produção e comercialização dos produtos agropecuários se tornaria assim uma alternativa de incentivo à grande e pequena produção, porém se efetivando de forma seletiva e setorial no território (OLIVEIRA, 1999).

Com o avanço modo industrial de produzir no campo, ocorreu o aumento da demanda por insumos agropecuários, isso porque a terra sozinha não fornece as vantagens desejadas pelos agentes capitalistas a fim de auferir a reprodução do capital. Foi, e ainda é, necessário

[...] empregar ferramentas, adubos, inseticidas, combinados com a força de trabalho, para que a terra dê seus frutos. Os instrumentos e os objetos de trabalho, além da própria força de trabalho é que são o verdadeiro capital, capaz de fazer a terra produzir sob seu controle e domínio (MARTINS, 1981, p.162).

Segundo Martins (1981), o emprego de ferramentas no processo produtivo resulta na transferência de seu valor para os objetos produzidos (os produtos agropecuários), culminando no desgaste das mesmas, tendo de ser substituídas por outras. Disso, resultaria aquilo Santos (1994) denomina de consumo produtivo agrícola, ou seja, o consumo de equipamentos técnicos e atividades intelectuais destinadas à produção agropecuária.

Nardoque (2016, p.2), baseando-se na leitura de Santos (1994) destaca que “a reestruturação produtiva da agropecuária brasileira incorporou novas técnicas e modificou as formas de produção, aumentando a circulação de mercadorias, produtos, informações, capitais e pessoas, alterando a organização territorial, alterando as relações campo e cidade”. Não obstante, STEDILLE (2012, p.645) assevera que

A tecnologia utilizada pelo modo capitalista de produzir na agricultura brasileira está baseada no uso intenso da mecanização e dos venenos agrícolas. E essas duas formas, além de expulsarem a mão de obra e a população do campo, representam uma agressão permanente ao meio ambiente, trazendo como consequência desequilíbrios ambientais que afetam toda a população, mesmo a que mora na cidade.

Nesse processo a ciência, tecnologia e informação são introduzidas nas áreas rurais modificando as relações de produção, contribuindo para a intensificação da ação do Estado por meio do financiamento através da criação de programas e linhas de créditos destinados ao custeio, investimento e comercialização da produção.

No âmbito do emprego de insumos na produção agrícola, é válido salientar o papel do processo de importação de insumos destinados à cadeia primária produtiva, consumidos principalmente pela produção agroindustrial, este que foi e ainda é o segmento responsável pela forma de organização da atividade agrícola no Brasil, “baseando-se no monocultivo, produção em grande escala, diminuição dos trabalhadores, uso de fertilizantes e agrotóxicos” (ANACLETO, 2013).

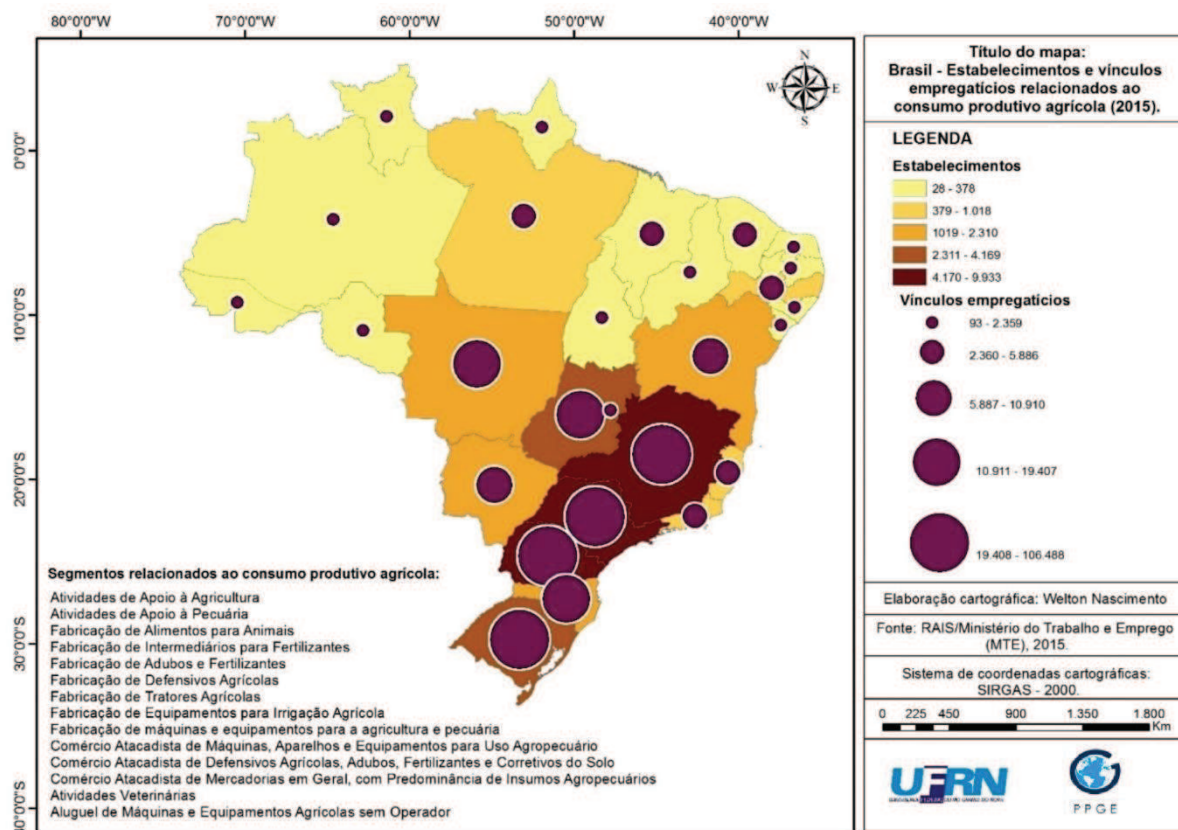
Dados mensurados pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) (2013), destaca o crescimento entre o período de 2007 e 2011 na importação de insumos agropecuários, saindo de US\$ 8.300.000.000,00 para US\$ 17.000.000.000,00, respectivamente. Os principais produtos importados foram fertilizantes (representado 58% do valor total desse último ano), defensivos agrícolas (24%), máquinas e implementos agrícolas (10%), produtos de nutrição animal (6%) e produção de saúde animal (2%). Tratam-se de valores consideráveis e que ressaltam o país como um dos maiores importadores de insumos agrícolas do mundo, contribuindo também para sua posição como um dos principais exportadores agrícolas no mundo.

A importação de insumos agropecuários realiza-se através de empresas multinacionais e nacionais situadas nos grandes centros urbanos brasileiros, distribuindo-os para todo território nacional. A

circulação desses produtos resulta da realidade atual de mundialização do capital, isso porque “não podemos esquecer nunca que o modo capitalista de produção não se circunscreve à produção; ele é modo de produção e modo de circulação de mercadorias e de troca de mercadoria por dinheiro e de dinheiro por mercadoria” (MARTINS, 1981, p.171).

É importante considerar também a fabricação de insumos no território brasileiro, bem como aquelas atividades de capital local, direcionadas à assistência técnica e intelectual para a produção agrícola no campo. Nesses vetores a mão de obra é elemento fundamental na realização dos processos de produção, distribuição (transporte e logística) e comercialização desses insumos. O mapa 1, apresenta a distribuição no território brasileiro dos estabelecimentos e vínculos relacionados ao consumo produtivo agrícola para o ano de 2015.

Mapa 1: Brasil – Distribuição dos estabelecimentos e vínculos empregatícios relacionados ao consumo produtivo agrícola (2015).



É evidente a concentração de estabelecimentos e vínculos empregatícios relacionados ao consumo produtivo agrícola nas regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste, especialmente nos estados onde historicamente se constituíram os centros de gestão do território, como é o caso de São Paulo, Belo Horizonte, Curitiba, Goiânia e Porto Alegre. São aqueles estados onde há maior número de cidades de destaque quanto à oferta de insumos agropecuários destinados à produção no campo (IBGE, 2008).

No Brasil como um todo, é importante considerar a importância das cidades na oferta de bens e serviços (inclusive a força de trabalho com alta qualificação profissional e técnica) direcionados à

produção agrícola, fortalecendo as relações entre campo e cidade, em grande parte resultante da territorialização do capital no campo, como evidente em Nardoque (2016) ao analisar a realidade da região produtiva de Dourados e Três Lagoas no Mato Grosso do Sul, onde o controle territorial da produção agrícola se realiza nessas cidades.

As cidades de porte médio destacam-se quanto à oferta de insumos e serviços direcionados à agricultura no país. Essas estão localizadas, em grande parte, nas regiões onde se concentram a produção agrícola, como é o caso, por exemplo, da cidade de porte médio Mossoró no Rio Grande do Norte, apresentando considerável quantidade de empresas relacionadas ao consumo produtivo agrícola (Figuras 1 e 2). Nesse caso, a oferta de insumos e serviços atende principalmente a fruticultura irrigada – melão, melancia, manga e banana – produção esta destinada em maior parte ao mercado internacional, sendo desenvolvidas nos vales dos rios Piranhas-Açu e Apodi-Mossoró.

Figuras 1 e 2: Mossoró – Empresas comerciais de insumos e equipamentos agrícolas (2015).



Fonte: Welton Nascimento. Fonte: Welton Nascimento.

A empresa ilustrada na figura 1 é uma concessionária da Massey Ferguson, subsidiária da multinacional AGCO Corporation, especializada na comercialização de tratores e equipamentos agrícolas. A empresa da figura 2 é a Norteagro, de capital local, especializada na comercialização de máquinas equipamentos agrícolas, corretivos do solo, materiais de irrigação, etc. Ambas atendem parte da demanda de insumos da produção agropecuária realizada na área de influência de Mossoró, região produtiva em que se evidencia a sujeição de pequenos agricultores rurais pelas grandes empresas capitalistas a partir da compra de produtos a preços baixos, além do emprego da mão de obra com salários relativamente baixos nos estabelecimentos agroindustriais.

No âmbito do processo de aquisição de insumos agropecuários destinados ao campo brasileiro, diretamente associado ao consumo produtivo agrícola, faz-se necessário considerar o financiamento destinado a esse fim. Entende-se a política de crédito rural no Brasil como ação do Estado direcionada ao incentivo à produção agrícola mediante diferentes programas, asseverando a seletividade territorial e de determinados segmentos produtivos.

POLÍTICA DE CRÉDITO RURAL: ação do Estado e rebatimentos territoriais

Analisar a intervenção do Estado frente ao desenvolvimento do capitalismo no território requer atenção para a relação entre tais temas (Estado, modo de produção capitalista e território). Aqui se atenta para a política de crédito rural como estratégia do Estado destinada ao incentivo da produção no campo, tendo seus rebatimentos no consumo produtivo agrícola, ao qual se realiza desigualmente no território, favorecendo determinados grupos em detrimento de outros.

Considera-se o Estado como uma estrutura responsável por

organizar a sociedade e, para isto, utiliza vários mecanismos a fim de não permitir que as pessoas vivam no caos ou no estado de natureza fazendo aquilo que julgam ser melhor para si mesmos. Este instrumento passa assim a defender, cuidar e manter os princípios de igualdade, liberdade e propriedade privada como sendo direitos naturais dos indivíduos (ANACLETO, 2013, p.81).

De acordo Jessop (2009), baseando na leitura Poulantzas, o Estado como estrutura formada por agentes sociais, caracteriza-se como uma relação social (JESSOP, 2009) que no atual período histórico encontra-se subordinado aos ditames do sistema capitalista de produção. Trata-se de uma estrutura formada de acordo com cada formação social, organizado hierarquicamente a partir das classes sociais que o constitui, onde a dominação política se realiza a partir do projeto hegemônico sobre as demais classes sociais.

Sobre a influência do Estado e suas políticas para a agricultura brasileira, Anacleto (2013) ressalta a importância da análise sobre o financiamento da produção agropecuária, sobretudo quando considerado a distribuição desigual de recursos para este fim. No Brasil uma das estratégias de ação do Estado frente ao financiamento da agricultura foi a institucionalização do crédito rural a partir [Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965](#) aprovada pelo Decreto nº. 58.380, de 10 de maio de 1966, visando suprir os recursos financeiros destinados à produção rural.

São objetivos do crédito rural: estimular os investimentos rurais às pessoas físicas ou jurídicas; favorecer o custeio destinado à comercialização; o fortalecimento do setor rural; incentivar a produção através da introdução de métodos que visem o aumento da produtividade; possibilitar a aquisição e regularização de terras rurais; o desenvolvimento de atividades florestais e pesqueiras; estimular a geração de renda e melhoramento da mão de obra na agricultura familiar.

O crédito rural possui assim três modalidades, o crédito corrente destinado ao suprimento dos recursos em que não haja a concomitância da prestação de assistência técnicas a nível empresarial; o crédito educativo que tem por finalidade o suprimento de recursos em conjunto com prestação de assistência técnica (compreende a elaboração de projetos e planos de orientação dos produtores rurais); e o crédito espacial destinado às cooperativas de produtores rurais (para aplicação própria ou de associados) e aos programas de colonização e reforma agrária.

O crédito rural tem por finalidade custear as despesas habituais dos ciclos produtivos, desde a fase da compra de insumos até a colheita dos produtos, destinar investimentos para a aplicação em bens

ou serviços duráveis, e destinar recursos à fase da comercialização, de modo particular para adoção de práticas que garantam o abastecimento e armazenamento da colheita em períodos de queda dos preços.

Os recursos destinados a tais fins são oriundos da poupança rural brasileira, dos recursos obrigatórios para este fim, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), de fundos constitucionais, de recursos livres e do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (FUNCAFÉ), sendo operados por bancos públicos e privados como Banco Central do Brasil, o Banco do Brasil, Banco da Amazônia e o Banco do Nordeste do Brasil, além de cooperativas de crédito destinando os recursos para produtores rurais (pessoas físicas), empresas, e cooperativas rurais (BACEN, 2016).

A política de crédito rural no Brasil frente ao modo capitalista de produção no campo acaba resultar em desigualdades de distribuição de recursos, uma vez que seus impactos no território obedecem à lógicas produtivas das classes hegemônicas, favorecendo determinados grupos em detrimento de outros. Tal fato ocorre porque “o Estado atuou estimulando esses setores competitivos, deixando praticamente abandonadas aquelas culturas que têm se constituído, historicamente, na alimentação básica dos trabalhadores brasileiros” (OLIVEIRA, 1999, p. 94).

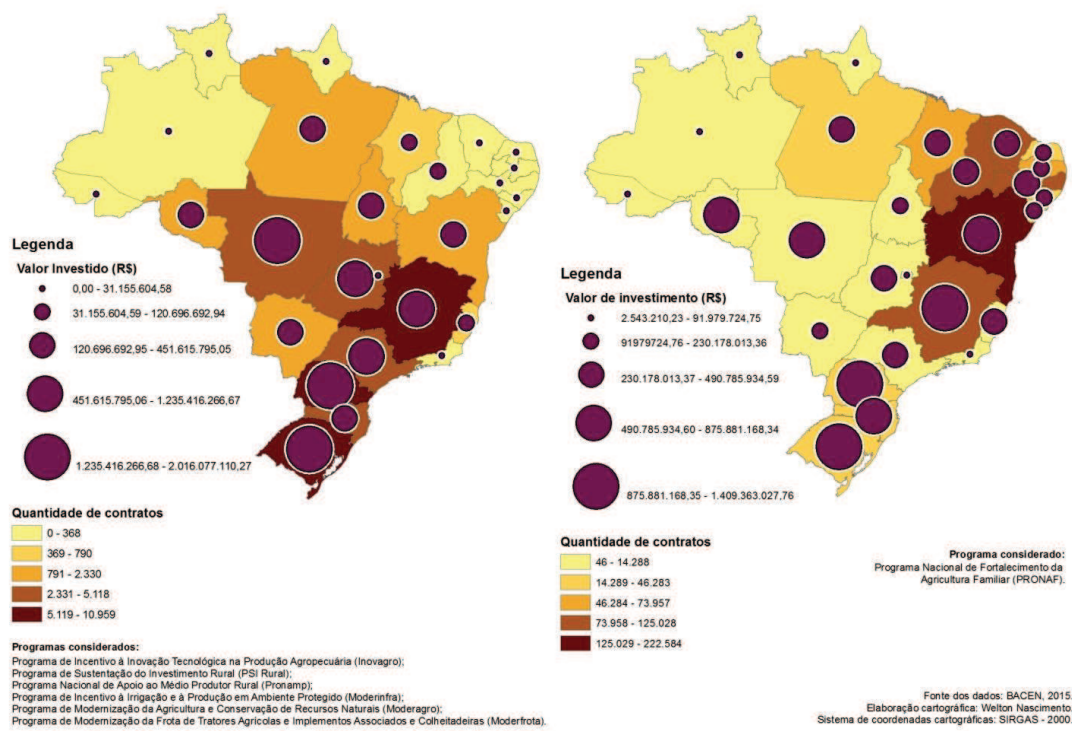
Dados publicados pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA, 2016) evidenciam que o financiamento brasileiro da agricultura familiar na safra de 2013/2014 alcançou pouco mais de R\$ 22 bilhões, enquanto a agricultura empresarial ultrapassou o valor de R\$ 157 bilhões. Tais dados asseveram a ideia de contradição dos processos produtivos no campo brasileiro, isso porque “a agricultura familiar é a grande responsável pela produção de alimentos que vai para o consumo diário das pessoas, mesmo recebendo poucos investimentos para a produção, de maneira burocrática e de difícil acesso, em relação aos oferecidos ao agronegócio” (ANACLETO, 2013, p.93).

Além dessa concentração setorial dos recursos, é perceptível também a concentração espacial do financiamento através do crédito agrícola. O Cartograma 1 apresenta a quantidade e valor dos contratos relacionados ao crédito rural por unidades da federação. Foram selecionados aqueles programas de crédito diretamente relacionados ao financiamento destinado ao consumo produtivo agrícola.

De um lado foram agrupados dados referentes a programas³ destinados, possivelmente em maior parte, à agricultura empresarial, sendo eles: o Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica na Produção Agropecuária (Inovagro), Programa de Sustentação do Investimento Rural (PSI Rural), Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural (Pronamp), Programa de Incentivo à Irrigação e à Produção em Ambiente Protegido (Moderinfra), Programa de Modernização da Agricultura e Conservação de Recursos Naturais (Moderagro), e o Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras (Moderfrota). Esses representaram em 2015 o percentual de 10,34% do valor destinado ao custeio e investimento da agricultura que totalizava R\$ 100.127.078.632,19.

³ Além desses programas, existem outros, porém não foram considerados na presente análise por não serem diretamente associados ao consumo produtivo agrícola.

Cartograma 1: Brasil – Contratos e valor investido a partir de programas do Crédito Rural (2015).



Por outro lado, são apresentados dados sobre financiamento direcionado ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que representou no mesmo ano o percentual de 10,35% do total destinado ao custeio e investimento. Tais dados sistematizados dessa forma possibilitam uma visão mais detalhada sobre a territorialização dos investimentos do Estado para a agricultura brasileira.

Vale ressaltar que a representação dos dados dessa maneira não significa a redução da dinâmica agrícola a uma dicotomia entre agronegócio e agricultura familiar. Consideram-se aqui tais dinâmicas enquanto imbricadas, apresentando “pontos de convergência e que estes modelos de agricultura e estas áreas do território brasileiro desempenham funções específicas no contexto da divisão territorial do trabalho” (LIMA, 2015, p.69).

Percebe-se que a quantidade de contratos efetivados pelo primeiro grupo de programas concentra-se, sobretudo, na região sul, apresentado 40,88% do total 61.610 para todo o país, não obstante as regiões Sudeste (25,28%) e o Centro-Oeste (18,08%). O Norte e Nordeste juntos não alcançaram esse último percentual de contratos. Quanto aos valores investidos, há uma equivalência sobre a quantidade de contratos, se concentrando nessas três regiões.

Já em relação ao PRONAF a maior quantidade de contratos efetivados concentrou-se na região Nordeste, com 71,52% do total de 1.134.121 contratos, com destaque ao estado da Bahia. Em seguida aparece o Sudeste com 12,84%, com forte participação do estado de Minas Gerais, e a região Sul com 8,39% dos contratos. Destarte, o valor total de recursos por regiões resultante do financiamento através desse programa não correspondem à quantidade de contratos, uma vez que a concentração de investimentos se realiza nas regiões Sul e Sudeste (com destaque para os estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Minas Gerais) com 53,27% dos recursos destinados ao programa, seguido do Nordeste (24,90%) e Norte (12,51%) (BACEN, 2015).

Observa-se que a concentração de investimentos direcionados à produção agrícola, corresponde àqueles estados onde há uma maior quantidade de estabelecimentos e vínculos empregatícios relacionados ao consumo produtivo agrícola, estados esses que apresentam maiores índices de tecnificação da agricultura do país (LIMA, 2015), bem como maior utilização de insumos agropecuários, especialmente de agrotóxicos resultando na intoxicação humana pelo uso dos mesmos (BOMBARDI, 2016).

Uma vez que tais programas estão diretamente relacionados à aquisição de insumos para a agricultura, é evidente que o consumo produtivo agrícola se realiza de forma desigual no território, efetivando-se de forma mais contundente da Região Concentrada (SANTOS e SILVEIRA, 2008) e se expandindo pelo restante do território a partir de pontos seletivos, sobretudo motivados pelo interesse do modo capitalista de produzir no campo ao qual subordina o Estado aos seus ditames.

Tal concentração de investimentos em determinadas áreas e setores acentua o acesso ao consumo por determinados agentes em detrimento de uma grande maioria, asseverando o aquilo apresentado por Oliveira (1999) sobre o progresso técnico concentrado espacialmente e setorialmente, resultando numa maior divisão social e territorial do trabalho a partir da contemplação de interesses de grupos específicos e da marginalização daqueles que são responsáveis pela maior parte da produção agrícola destinada à população brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este texto analisou o consumo produtivo agrícola face à política de crédito rural destinada ao financiamento da produção realizada no campo. Para isso, fez-se a opção de buscar compreender a relação entre a expansão do modo capitalista de produção no campo, a ação do Estado e os rebatimentos territoriais da política em tela, sendo possível compreender uma concentração de recursos destinados à agricultura empresarial para a produção de *commodities*, em contrapartida dos investimentos destinados à agricultura familiar, responsável pela maior parte da produção responsável pelo consumo interno.

Observa-se que a expansão da modernização do campo não se constitui de forma generalizada no território brasileiro (OLIVEIRA, 1999). Da mesma forma, o consumo produtivo agrícola realiza-se de forma desigual territorialmente e setorialmente, isso porque a maior parte dos investimentos são destinados às áreas onde historicamente se constituíram como foco da expansão capitalista no campo. No restante do país, tais investimentos são efetivados seletivamente onde o grande capital encontra-se inserido, sobretudo quando considerado parte dos programas que não possuem como foco o financiamento da agricultura familiar.

Dessa forma, é possível constatar que o Estado se apresenta como uma estrutura social ativa no que tange o financiamento da agricultura no campo brasileiro, porém em maior parte submetida aos ímpetus de projetos hegemônicos produtivistas, resultando em maiores divisões sociais e territoriais do trabalho e acentuando as desigualdades existentes no campo brasileiro.

Como resultado, tem-se a necessidade de reformas constitucionais versem sobre uma distribuição dos recursos de forma que leve em consideração o território enquanto totalidade, enquanto produto da luta de classes (OLIVEIRA, 1999), onde está presente não apenas o grande produtor capitalista, mas também aqueles que são hoje os responsáveis pelo abastecimento da alimentação nacional que por muitas vezes se encontram subordinados e dominados por lógicas e interesses externos.

REFERÊNCIAS

ANACLETO, Álvaro. As políticas do Estado para a agricultura familiar e a expansão do agronegócio. In: REIS, Ana Terra; BATISTA, Andréa Francine (org). **Ensaio sobre a questão agrária**. São Paulo: Outras Expressões, 2013.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Manual do crédito rural**. Disponível em: <<http://www3.bcb.gov.br/mcr/completo>>. Acesso em 19 de outubro de 2016.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Matriz de dados do crédito rural. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pt-br/#!/r/micrrural/?path=conteudo%2FMDCR%2FReports%2FqvcRegiaoUFGenero.rdl&nome=Quantidade%20e%20Valor%20dos%20Contratos%20por%20Regi%C3%A3o,%20UF%20e%20G%C3%AAnero&exibeparametros=true&botoesExportar=true>>. Acesso em 19 de outubro de 2016.

BOMBARDI, Larissa Mies. **Pequeno Ensaio Cartográfico Sobre o Uso de Agrotóxicos no Brasil**. São Paulo: Laboratório de Geografia Agrária - USP. Blurb, 2016.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO (FIESP). Importações brasileiras de insumos agropecuários. Disponível em: <<http://www.fiesp.com.br/noticias/fiesp-estima-importacao-recorde-de-insumos-agropecuarios-no-brasil-em-2012-de-us-185-bi/>>. Acesso em 22 de outubro de 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Regiões de Influência das Cidades 2007**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

JESSOP, Bob. O Estado, o poder, o socialismo de Poulantzas como um clássico moderno. **Rev. Sociologia Política**, Curitiba, v. 17, n. 33, p. 131-144, jun. 2009.

LIMA, Fernanda Laize Silva de. **Território, técnica e agricultura no Rio Grande do Norte**. Dissertação (Mestrado em Dinâmica e Reestruturação do Território) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015.

MARTINS, José de Souza. A sujeição da renda da terra ao capital e o novo sentido da luta pela reforma agrária. In: MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. Rio de Janeiro: Vozes, 1981.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO (2016). Crédito Rural (2013/2014). Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/vegetal/estatisticas>>. Acesso em 20 de outubro de 2016.

NARDOQUE, Sedeval. A relação campo-cidade: abordagem sob o prisma da questão agrária. In: SPOSTIO, Eliseu Savério (et.al). **A diversidade da Geografia brasileira**. Rio de Janeiro: Consquência, 2016.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Geografia Agrária e as transformações recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (Org.). **Novos caminhos da Geografia**. São Paulo: Contexto, 1999.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 12^a ed. Rio de Janeiro: Record, 2008.

SILVA, José Graziliano da. **A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

STEDILE, João Pedro. Questão agrária. In: CALDART, Roseli Salete (et. al). **Dicionário da educação do campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.